

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO**

SHIRLEY PIRES DE CAMARGO SANTOS

**A ESCOLA E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2014

SHIRLEY PIRES DE CAMARGO SANTOS



**A ESCOLA E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino – Pólo UAB do Município de Medianeira, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Me. Rafaela Greici da Motta Camicia.

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

MEDIANEIRA

2014



Ministério da Educação  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de  
Ensino



---

## TERMO DE APROVAÇÃO

### A ESCOLA E OS DESAFIOS DA INCLUSÃO

Por

**Shirley Pires De Camargo Santos**

Esta monografia foi apresentada às 18:30 horas do dia 08 de dezembro de 2014 como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino – Polo de Paranavaí-PR, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

---

Prof<sup>a</sup>. Me. Rafaela Greici da Motta Camicia  
UTFPR – Câmpus Medianeira  
(orientadora)

---

Prof. Me. Diego Venâncio Thomaz  
UTFPR – Câmpus Medianeira

---

Prof Esp. João Enzio Gomes Obana  
UTFPR – Câmpus Medianeira

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus acima de tudo pela realização e conclusão desse curso, que possibilitou a ampliação dos meus conhecimentos.

Aos mestres, pela dedicação e compromisso de fazerem o melhor pela educação.

À minha nora, Andréia, pela colaboração na realização deste trabalho.

A minha orientadora, professora mestre Rafaela Greici da Motta Camicia, pelas orientações no desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância, que muito auxiliaram no decorrer do curso.

“Ensinar é um exercício de imortalidade.  
De alguma forma continuamos a viver  
naqueles cujos olhos aprenderam a ver o  
mundo pela magia de nossa palavra.  
O professor, assim, não morre jamais ... Pois  
ser mestre é isso: ensinar a felicidade!”

(Rubem Alves)

## RESUMO

SANTOS, Shirley Pires de Camargo. A escola e os desafios da inclusão. 2014. 55 folhas. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

O estudo tem como tema os desafios da inclusão, estabelecendo como objetivo geral demonstrar as dificuldades enfrentadas pela escola e pelos professores, assim como as formas e/ou estratégias para promover a melhoria do ensino aos alunos com necessidades especiais, assim como a sua perfeita interação no sistema educacional e na sociedade aprofundando conhecimentos teóricos-metodológicos envolvidos no processo ensino-aprendizagem. Por objetivos específicos foram delineados: verificar junto aos professores do ensino que regular quais as principais dificuldades encontradas na inclusão de alunos com necessidades especiais; averiguar quais os recursos utilizados pelos professores para facilitar o processo de aprendizagem dos alunos com necessidades especiais; e investigar junto à família dos portadores de deficiências se ocorreram mudanças comportamentais de seus filhos após a inclusão dos mesmos no ensino regular. Os procedimentos metodológicos envolveram o estudo descritivo, exploratório, quantitativo e a pesquisa bibliográfica. Os resultados indicaram que os professores consideram necessária a inclusão do aluno com necessidades especiais no ensino regular, mas ainda não há um suporte adequado para isso, como previsto na legislação, o que torna o trabalho docente muito difícil. Apesar das dificuldades, pais e professores concordam de que o aluno incluso apresenta uma evolução em relação a si mesmos quando interagem na sala de aula do ensino regular.

**Palavras chave:** Interação, estratégias, aprendizagem.

## ABSTRACT

SANTOS, Shirley Pires de Camargo. The school and the challenges of inclusion. 2014. sheets 55. Monograph (Specialization in Education: Methods and Techniques of Teaching). Federal Technological University of Paraná, Mediatix 2014.

The study has as its theme the challenges of inclusion, establishing the general objective of demonstrating the difficulties faced by schools and teachers as well as forms and / or strategies to promote the improvement of teaching students with special needs, as well as its perfect integration in the educational system and in society deepening theoretical and methodological knowledge involved the teaching-learning process. For specific objectives were outlined: check with the regular education teachers that the main difficulties encountered in the inclusion of students with special needs; determine what resources are used by teachers to facilitate the learning process for students with special needs; and investigate with the family of the disabled have occurred behavioral changes in their children after their inclusion in mainstream education. The methodological procedures involved the descriptive, exploratory study, quantitative and literature. The results indicated that teachers consider necessary the inclusion of students with special needs in regular schools, but there is still no adequate support for it, as required by law, which makes the teacher's work very difficult. Despite the difficulties, parents and teachers agree that the student included an evolution in relation to themselves when they interact in the classroom regular education.

**Keywords:** Interaction, strategies, learning.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Quantidade de alunos com NEE e professores por ano escolar ...	17
Figura 2 -	Formação dos professores em educação especial .....	19
Figura 3 -	Importância da capacitação profissional .....	20
Figura 4 -	Prática em sala de aula .....	21
Figura 5 -	Avaliação dos alunos com NEE.....	22
Figura 6 -	Alguns materiais utilizados na Sala de Recursos Multifuncionais..	27
Figura 7 -	Tapete de Alfabeto – Sala de Recursos Multifuncionais.....	27
Figura 8 -	Equipamento de informática adaptado com teclado e mouse especiais – Sala de Recursos Multifuncionais.....	28

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Série escolar e idade dos alunos com NEE .....	18
Tabela 2 -	Principais dificuldades percebidas .....	23
Tabela 3 -	Alguns dos recursos utilizados na SRM.....	26

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>13</b>
2.1	INCLUSÃO ESCOLAR .....	13
2.2	ACESSIBILIDADE .....	15
2.3	AVALIAÇÃO ESCOLAR .....	17
2.4	ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO .....	20
2.5	FORMAÇÃO CONTINUADA .....	22
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>25</b>
3.1	LOCAL DA PESQUISA .....	25
3.2	TIPO DE PESQUISA .....	25
3.3	POPULAÇÃO E AMOSTRA .....	25
3.4	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS .....	25
3.5	ANÁLISE DOS DADOS .....	26
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	<b>27</b>
4.1	PESQUISA COM OS PROFESSORES .....	27
4.2	PESQUISA COM A EQUIPE PEDAGÓGICA.....	38
4.3	PESQUISA COM OS PAIS .....	39
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>42</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>45</b>
	<b>APÊNDICES</b> .....	<b>48</b>
	<b>APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE PESQUISA</b> .....	<b>49</b>
	<b>APÊNDICE B – PESQUISA COM A EQUIPE PEDAGÓGICA</b> .....	<b>43</b>
	<b>APÊNDICE C – PESQUISA COM OS PAIS DOS ALUNOS COM NEE</b> .....	<b>44</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O tema inclusão social tem sido amplamente discutido a nível nacional e internacional. A inclusão social de pessoas portadoras de deficiência constitui uma questão pertinente que se impõe ao conjunto da sociedade.

A escola é compreendida como parte de um contexto social, cultural e histórico, que recebe influência e ao mesmo tempo influencia, e também é concebida como um espaço de transmissão e apropriação de conhecimentos científicos e desenvolvimento cognitivo da criança.

Portanto, se faz necessária uma mudança de perspectiva educacional, atingindo não somente aos alunos com deficiência, mas a todos. Inclusão escolar seria, deste modo, não somente manter o aluno na escola, mas além de mantê-lo, se faz necessário tornar a escola um ambiente no qual ele possa se desenvolver de fato.

Para que a inclusão escolar seja realmente efetivada não depende apenas de seus gestores e educadores, pois as transformações que nela precisam ocorrer estão intimamente ligadas às políticas públicas em geral, atentando para a realidade social, econômica e histórica que direcionam as reflexões sobre as questões da inclusão.

A escola constitui um espaço real de ação e interação, contribuindo para a inclusão social da criança. Quando se trata de inclusão social ou escolar, reporta-se à questão da acessibilidade e logo já se pensa em eliminação de barreiras arquitetônicas, que impedem o ir e vir das pessoas com ou sem deficiência. Entretanto, o conceito de acessibilidade vai além das barreiras arquitetônicas se estendendo aos mais variados contextos.

A eliminação das desigualdades sociais traz como consequência o acesso a uma educação de qualidade para todos os cidadãos. A educação é um direito constitucional do cidadão, seja ele deficiente ou não.

Então, como a escola deve se preparar para enfrentar o desafio de oferecer uma educação inclusiva de qualidade para todos os alunos independentemente da condição socioeconômica, raça, credo, opção sexual e necessidades educacionais especiais?

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos, 1990, já propunha o acesso à educação aos portadores de deficiência. Porém, foi em 1994, com a Declaração de Salamanca que o projeto de escola inclusiva foi melhor contemplado.

A Declaração de Salamanca propõe que a educação deve processar em escolas regulares, escolas inclusivas, as quais devem proporcionar os meios mais capazes para combater a discriminação, construindo uma sociedade inclusiva e proporcionando educação para “todos”. (UNESCO, 1994)

Nos últimos anos, na tentativa de incluir todos os alunos no ensino regular, muitas discussões foram e têm sido realizadas. Atualmente, existem amparos legais para que as pessoas com necessidades especiais tenham acesso à saúde, educação, ao lazer e ao trabalho. Mas, ainda é preciso discutir a forma de acesso a essas necessidades básicas, ou seja, aos seus direitos enquanto cidadãos.

O presente estudo justifica-se pelo fato de que ainda há muitas discussões e dificuldades da comunidade escolar em lidar com a inclusão. Além da acessibilidade e falta de locais apropriados, outras dificuldades encontradas por parte de muitos professores são: falta de assessoria para fazer uma avaliação diagnóstica a fim de adaptar os conteúdos ao grau de deficiência do aluno; promover a interação social na classe e na escola; confeccionar materiais específicos a cada caso; e fazer com que a família participe mais neste processo de inclusão, já que para alcançar a qualidade da educação é necessário o envolvimento da escola, comunidade e ações governamentais.

Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo geral demonstrar as dificuldades enfrentadas pela escola e pelos professores, assim como as formas e/ou estratégias utilizadas pela escola e/ou professores para promover a melhoria do ensino aos alunos com necessidades especiais, assim como a sua perfeita interação no sistema educacional e na sociedade aprofundando conhecimentos teóricos-metodológicos envolvidos no processo ensino-aprendizagem. Por objetivos específicos foram delineados: verificar junto aos professores do ensino regular quais as principais dificuldades encontradas na inclusão de alunos com necessidades especiais; averiguar quais os recursos utilizados pelos professores para facilitar o processo de aprendizagem dos alunos com necessidades especiais; e investigar junto à família dos portadores de deficiências se ocorreram mudanças comportamentais de seus filhos após a inclusão dos mesmos no ensino regular.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 INCLUSÃO ESCOLAR

O verbo incluir, segundo o minidicionário Aurélio (2001, p380), significa: inserir, introduzir, abranger, fazer parte. Assim pode-se dizer que a inclusão é a capacidade de reconhecer, entender e conviver com o outro em todos os espaços, ainda que o outro seja diferente de nós.

De acordo com Werneck (1997) e Mantoan (2003) a inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças tornando mais fáceis os caminhos que levam à inclusão, ressaltando que, nessa troca, todos saem ganhando. A educação que se diz inclusiva deve acolher a todas as pessoas sem exceção.

A defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas portadoras de deficiência é atitude muito recente em nossa sociedade. Apesar de figurar na política educacional brasileira desde o final da década de 1950 até os dias atuais, a educação especial tem sido com frequência interpretada como um apêndice indesejável. O sentido a ela atribuído é, ainda hoje, muitas vezes, o de assistência aos deficientes e não o de educação de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais. Mesmo quando entendida como modalidade de ensino, a educação especial tem sido definida como simples opção de métodos, técnicas e materiais didáticos diferentes dos usuais (MAZZOTTA, 2005).

Nesse contexto, a educação especial no Brasil tem merecido a necessária atenção dos estudiosos, de modo a empreenderem uma investigação científica de sua existência enquanto elemento significativo da política educacional (MAZZOTTA, 2005).

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994), inclusão é um desafio para o sistema de ensino, devendo as escolas acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras, defendendo a ideia de que todos os alunos, sempre que possível, devem aprender juntos, independentemente de suas capacidades.

O desafio de uma escola inclusiva é o de desenvolver uma pedagogia centrada no aluno, incluindo aqueles com deficiências severas, romper com uma série de valores em sua organização como a flexibilização do currículo escolar, a

interação efetiva com a comunidade, eliminação de barreiras arquitetônicas e atitudinais (CÉSAR; SANTOS, 2013).

Numa sociedade em que a aparência física garante emprego, status e estima, essa relação de aceitação, solidariedade e respeito às diferenças ainda está longe de acontecer com naturalidade, o que pode ocasionar certo desconforto para os portadores de Necessidades Educacionais Especiais (NEE).

Algumas deficiências físicas podem afetar, de forma acentuada, a aparência física da pessoas, ocasionando um problema secundário, a baixa autoestima, que poderá requerer intervenção psicológica ou terapêutica (SILVA; CASTRO; BRANCO, 2006).

Diante disso, percebe-se a importância da inclusão escolar, onde o aluno com necessidades educacionais especiais passa a ter a mesma rotina das outras crianças, interagindo com elas, com os professores e outras pessoas envolvidas no trabalho escolar. Isso contribui para o desenvolvimento sociocultural do aluno, assim como com o aumento de sua autoestima.

A identidade sociocultural é construída ao longo de um processo de interação da criança com os diferentes grupos de que participa (família, vizinhos, escola), tecendo uma rede marcada pela multiplicidade de significados simbólicos. Portanto, a visão do mundo infantil se constrói com base no diálogo entre a criança e os grupos sociais com os quais interage (WESCHENFELDER, 1995).

A realidade das pessoas com deficiência começou mudar no Brasil somente a partir do século XX com o surgimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. Essa declaração assegurou às pessoas com necessidades específicas os mesmos direitos à liberdade, à uma vida digna, à educação fundamental, ao desenvolvimento pessoal, social e a participação na vida da comunidade (LANNA JÚNIOR, 2010).

A partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos, vários outros documentos foram formalizados em prol da inclusão, como a Constituição Federal (1988), Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Declaração de Salamanca (1994), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), Decreto n. 3.298/99, que institui a Política Nacional para a Integração de Pessoas Portadoras de Deficiência; Plano Nacional de Educação (2001) e a Resolução CNE/CEB n. 2/2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

Em consonância com a Declaração de Salamanca, a Constituição Federal brasileira de 1988 aprovou as mais amplas garantias públicas da história nacional, apresentando em seu texto normas que facilitam a construção da cidadania das pessoas com deficiência. Assim, com base nos princípios constitucionais, podem-se defender os direitos dessas pessoas, mesmo porque, se todos são iguais perante a lei, seria contraditório deixar que essa fatia significativa da comunidade ficasse fora, como se constata no art. 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) deixa claro que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, assegurando-lhes todas as oportunidades e facilidades, a fim de facilitar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual, em condições de liberdade e de dignidade. Prevê ainda que é dever do Estado assegurar a criança e ao adolescente o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino (LANNA JÚNIOR, 2010).

A Lei n. 9.394/96, que dispõe sobre as diretrizes e bases da educação, no art. 4º, inciso III, determina “o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. Educandos com necessidades especiais são aqueles que apresentam necessidades incomuns e, portanto, diferentes dos outros alunos no que se refere à aprendizagem curricular compatível com sua idade. Em decorrência dessa particularidade, tais alunos necessitam de recursos pedagógicos e metodológicos próprios.

De maneira geral, o ordenamento jurídico brasileiro, embora apresentando ainda muitos pontos que precisam ser revistos, está devidamente aparelhado para fazer valer os direitos das pessoas com deficiência.

## 2.2 ACESSIBILIDADE

A acessibilidade é a palavra que dá significado à inclusão social, propiciando o acolhimento à diversidade humana, ainda que por força da legislação e dos

movimentos realizados pelas pessoas portadoras de deficiência já se pode contar com espaços adaptados (LANNA JÚNIOR, 2010).

A atual política educacional brasileira, no que tange às diretrizes para a educação especial, enfatiza a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns, na perspectiva de abolir as práticas segregacionistas que vêm norteando a educação desses alunos. Entretanto, no que tange à educação básica no ensino público e privado, a educação inclusiva tem representado um desafio (SILVA; CASTRO; BRANCO, 2006).

A Constituição Federal de 1988 (art. 1º, inc. II e III) visa a promoção do bem estar de todos, sem preconceitos de “raça, cor, sexo, idade ou quaisquer outras formas de discriminação”, a fim de garantir o desenvolvimento da cidadania e da dignidade da pessoa humana (art. 3º, inc. IV). Garante ainda o direito de igualdade (art. 5º) e direito de todos à educação (art. 205 e seguintes). Além disso, a Constituição Federal, em seu art. 206, inc. I, enfatiza “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2004, p. 6).

[...] toda escola reconhecida pelos órgãos oficiais deve atender aos princípios constitucionais, não podendo excluir nenhuma pessoa em razão de sua origem, raça, sexo, cor, deficiência ou ausência dela [...] Assim, quando nossa Constituição Federal garante que é para todos, é para todos mesmo, em um mesmo ambiente, e este pode e deve ser o mais diversificado possível, como forma de atingir o pleno desenvolvimento humano e o preparo para a cidadania (art. 205, CF) (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2004, p. 6).

Portanto, há de se olhar o aluno como necessidades especiais “[...] como um sujeito que apesar de possuir uma especificidade que o diferencia dos demais, deve ser visto como um sujeito pleno e historicamente situado, capaz de responder com competência às exigências do meio, contanto que lhes sejam oferecidas condições para tal” (SILVA; CASTRO; BRANCO, 2006, p. 24).

O art. 208, inc. III da Constituição Federal determina que as escolas, preferencialmente as da rede regular têm que estar preparadas com os instrumentos necessários para a eliminação de barreiras, como é o caso do ensino de libras (linguagem brasileira de sinais), a utilização do código braile, o uso dos recursos de informática e outras ferramentas tecnológicas, assim como outras linguagens necessárias para atender com qualidade aos alunos com ou sem deficiência. No entanto, também admite que o atendimento educacional especializado seja

oferecido fora da rede regular de ensino, em outros estabelecimentos. Tal posicionamento é ratificado no art. 58 da LDBEN. (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2004).

A escola deverá preparar-se para acolher os alunos com necessidades educacionais especiais. Para tanto, deve por meio de uma ação conjunta promover a acessibilidade, removendo as barreiras arquitetônicas, bem como a adaptação do mobiliário e produzir materiais didático-pedagógicos adaptados para os mesmos, de acordo com as suas necessidades especiais (SILVA; CASTRO; BRANCO, 2006).

Entre os recursos de acessibilidade destaca-se a T.A. (tecnologia assistiva). Segundo os autores Albert Cook e Susan Hussey (1995, p5), a TA é definida como “uma gama de equipamentos serviços, estratégias e práticas concebidas e aplicadas para minorar os problemas funcionais encontrados pelos indivíduos com deficiências”.

A tecnologia assistiva diz respeito aos recursos e serviços que pertencem à uma área de conhecimento, de características interdisciplinares, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidade ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (LANNA JÚNIOR, 2010).

## 2.3 AVALIAÇÃO ESCOLAR

O que é avaliar? Como avaliar? Para que avaliar?

Muitas respostas poderiam ser dadas como, medir o desempenho, julgar, atribuir valores e tantas outras. O termo “avaliar” aparece no Dicionário Aurélio<sup>1</sup> como “determinar a valia ou valor de”, e o termo “avaliação” como “valor determinado pelos avaliadores”.

Na verdade, em tudo que fazemos, dentro ou fora da escola, somos avaliados. O grau de satisfação que sentimos ao vestir uma roupa nova ou comer um pedaço de bolo, podemos dizer que já é uma avaliação do desempenho da costureira ou da boleira. Assim também acontece, por exemplo, com quem fabrica

---

<sup>1</sup> Mini Dicionário Aurélio, 2001, p.77. Edição Especial para o FNDE/PNLD

móveis ou presta serviços como jardineiro, pedreiro, etc. Dessa forma podemos dizer que somos avaliados o tempo todo. Isso acontece também na escola onde todo o processo de ensino e aprendizagem deve ser avaliado para verificar se os objetivos propostos foram alcançados.

Assegurar o domínio da aprendizagem é ou deveria ser a preocupação primeira do sistema de avaliação. O processo de avaliação começa pela definição dos objetivos educacionais para poder traçar o caminho a ser percorrido para alcançá-los.

A avaliação é um meio para se alcançar fins e não um fim em si mesmo. Portanto, deve ser considerado um processo para contribuir nas tomadas de decisão referentes à educação como: melhoria do ensino, da aprendizagem e reformulação curricular.

Contemporaneamente a avaliação é vista como um processo contínuo e permanente que deve ser compartilhado por todos os profissionais da educação que atuam na escola. É uma prática que deve envolver: a) observação dos alunos em todas as atividades educacionais; dentro e fora da sala de aula; b) registro das observações; e c) análise dos produtos apresentados pelos alunos nas diversas tarefas escolares.

A função da avaliação é nortear o professor e envolver o aluno em seu processo de estudo do fazer e do aprender em uma perspectiva crítico-social e não simplesmente uma avaliação de momentos (SILVA; CASTRO; BRANCO, 2006, p. 55).

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) ressalta que é urgente a necessidade de ressignificar os procedimentos e instrumentos da aprendizagem em geral e, levar em consideração as dificuldades individuais, principalmente em se tratando de pessoas com limitações decorrentes de condutas típicas de síndromes neurológicas, psiquiátricas ou de quadros psicológicos considerados graves.

Trata-se, de um processo indispensável que oferece subsídios para analisar as práticas e as políticas adotadas nas escolas, com vistas à ressignificá-las em benefício do sucesso na aprendizagem e na participação de todos, permitindo “encontrar os desvios que os alunos apresentam, considerados como explicativos de suas dificuldades”, devendo ser usados como dicas das situações que

precisam ser revistas e, certamente, modificadas. (CARVALHO, 2004, 161-162).

Os conceitos investigados por Vygotsky (1995) modificam o papel do professor que passa de transmissor do saber a mediador no processo de ensino-aprendizagem. Fazem com que ele transforme seu trabalho em sala de aula, oferecendo atividades produtivas, desafiadoras. Nessa perspectiva, a avaliação não pode centrar-se nos produtos, mas sim no processo. A avaliação, portanto, contribui para ajudar no alcance dos objetivos do trabalho pedagógico. A avaliação bem feita, seguida de decisões e ações que ajudem os alunos a aprender mais e melhor, garantirá bons resultados no processo ensino-aprendizagem (ROMEIRO, 2000).

Assim, o professor constrói o contexto avaliativo. É ele que seleciona os itens do conteúdo a desenvolver a sequência em que serão enfocados, os textos e exercícios referentes. Dessa forma, poderíamos dizer que não é o aluno que alcança um conceito, que “tira uma nota” ou que é o responsável absoluto pelos pareceres que lhe conferem. Verdadeiramente é o professor que lhe atribui um conceito ou uma pontuação (HOFFMANN, 2007).

“O autoritarismo e a arbitrariedade do processo avaliativo originam-se muitas vezes de uma incansável busca de um padrão uniforme, através da definição de critérios comparativos”. Então, como provocar no professor a descoberta e o respeito às diferenças dos sujeitos? (HOFFMANN, 2007, p. 20).

A existência de uma nota mínima para a promoção do aluno constitui um reflexo de que a escola ainda adota padrões uniformes e conservadores de avaliação e, é neste momento, que dá início o processo de exclusão dos alunos com necessidades especiais. O fato de se ter alunos com necessidades especiais em classes do ensino regular indica que se faz necessário um redimensionamento das práticas avaliativas (FERNANDES; VIANA, 2009).

Esse caráter classificatório da avaliação escolar, que é feito através de notas e provas, precisa ser substituído por um processo contínuo e qualitativo, para que o ensino se torne “mais adequado e eficiente à aprendizagem de todos os alunos” (MANTOAN, 2007, p. 50).

Para que a avaliação alcance os fins a que se propõe, se faz necessário conhecer o potencial de aprendizagem do aluno e dos avanços que ele apresenta em relação ao seu próprio desempenho, sem comparar com o desempenho dos

outros. Portanto, o aluno com necessidades educacionais especiais vai requerer atenção especial porque “apresenta características diferenciadas de aprendizagem, e não por possuir estrutura mental e qualidade de aprendizagem deficitária em relação aos outros alunos” (BOLSANELLO, 2005, p.16).

Para Vygotsky e Luria (1996), o aprendizado e o desenvolvimento estão relacionados e podem ser determinados em dois níveis: o real, que é o que a criança consegue fazer com autonomia; e o potencial, que é o que a criança consegue fazer com ajuda.

A escola é a responsável pela criação das condições necessárias para o desenvolvimento do aluno e para a superação do seu próprio limite. Vygotsky e Luria (1996, p. 220) afirmam que “paralelamente às ‘características negativas’ de uma criança defeituosa, é necessário também criar suas características positivas” e complementam:

Um mecanismo singular e especial [...] ocorre a compensação do defeito. No pensar suas deficiências naturais [...] elas tornam possível enfrentar uma tarefa inviável pelo uso de caminhos novos e diferentes. O comportamento cultural compensatório sobrepõe-se ao comportamento natural defeituoso (VYGOTSKY; LURIA, 1996, p. 221).

Este processo a criança não desenvolve sozinha, configurando-se como um desafio que a escola terá que enfrentar, encontrando caminhos que possam superar os limites impostos pela deficiência (SMOLKA; LAPLANE, 2005).

Assim pode-se dizer que o papel da escola é levar o aluno com deficiência intelectual à inserção cultural, dar significado às suas atitudes, sua fala, seus desenhos e promover sua autonomia. Não apenas ler e escrever, mas saber fazer uso da leitura e da escrita no mundo que o rodeia.

#### 2.4 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

A nova concepção de Educação Especial é uma das condições para o sucesso da inclusão escolar dos alunos com deficiência. Aprender o que é diferente dos conteúdos curriculares do ensino comum, aprender o que é necessário para superação de barreiras. O Atendimento Educacional Especializado disponibiliza

programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologia assistiva<sup>2</sup>, dentre outros. Ao longo de todo processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino regular. O AEE complementa a formação do aluno e visa a desenvolver a sua autonomia e independência na escola comum e fora dela (CÉSAR; SANTOS, 2013, p. 6).

A Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação lançou em 2006 o documento “Salas de Recursos Multifuncionais: espaço para o AEE” em que afirma:

Salas de recursos multifuncionais são espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para os alunos com necessidades educacionais especiais, por meio de desenvolvimento de estratégias de aprendizagem centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar (BRASIL, 2006, p. 13)

O AEE é um atendimento gratuito prestado de forma complementar aos estudantes com deficiência e, suplementar aos estudantes com altas habilidades matriculados nas classes comuns do ensino regular. É realizado preferencialmente na sala de recursos multifuncionais (SRM) por um professor com formação em educação especial, individualmente ou em pequenos grupos, em horário diverso ao da escolarização da sala de aula comum (Resolução CNE/CEB4, 2009).

O trabalho do professor no atendimento educacional especializado lança mão dos recursos da tecnologia assistiva, utilizando-se da Comunicação Alternativa Aumentativa (CAA). Há que haver uma disposição do professor em se relacionar com o aluno, prestar atenção em suas reações, sabendo aproveitar as situações do cotidiano, utilizando objetos concretos do ambiente, introduzindo gradualmente cartões e pranchas de comunicação. A comunicação deve ser vivenciada por meio de temas motivadores como a escolha de brinquedos, do que gostaria de comer, quem são os seus amigos, onde gosta de passear, etc. O trabalho evoluirá com o envolvimento da família, colegas e os outros professores que poderão também usar das estratégias e recursos de comunicação (SARTORETTO; BERSCH, 2010).

---

<sup>2</sup> De acordo com o Comitê de Ajudas Técnicas, Tecnologia Assistiva é conceituada como: [...] uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidade ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (CAT, 2007).

Através de um sistema de símbolos, a CAA permite a comunicação de pessoas impossibilitadas de se comunicar através da fala, por meio de quadros ou pranchas de comunicação, além de disponibilizar programas de símbolos para computador. Esse sistema poderá ser utilizado depois no processo da leitura e da escrita.

Cabe ao professor do AEE escolher o recurso de comunicação que será utilizado com o aluno portador de NEE, a partir da avaliação do aluno e as possíveis barreiras a serem eliminadas. Para isso, o professor do AEE deve estar em contato direto com o aluno e coletar informações junto à família, aos professores da classe comum e a outros profissionais que atendem esse aluno, investigando todas as potencialidades e/ou dificuldades e recursos que ele já utiliza ou não (SARTORETTO; BERSCH, 2010). Ainda, segundo o mesmo autor, as atividades devem ser planejadas para todos os alunos pelo professor da classe comum e os professores do AEE identificando as barreiras de participação, selecionando e confeccionando os recursos que permitam aos alunos com deficiência a plena participação.

## 2.5 FORMAÇÃO CONTINUADA

O atendimento no ensino regular aos alunos ditos "normais" e aos com NEE está referenciado, respaldado e garantido na Constituição Federal e em vários outros documentos nacionais e internacionais, prevendo todo um aparato de instrumentos e materiais que devem estar disponíveis para a realização desse atendimento. Mas, não resta dúvida que a figura central desse processo é o Professor.

Houve um período em que o professor carregava um *status* de prestígio social e se orgulhava de sua profissão. Porém, com as mudanças sociais, políticas e econômicas ocorridas nas últimas décadas, essa profissão entrou em declínio, apesar do aumento da responsabilidade do professor em adquirir uma formação capaz de atender uma demanda escolar tão diversificada e para a qual deve oferecer uma educação de qualidade. Essa mudança de perfil do professor e as mudanças do sistema educacional geram tensões e expectativas por parte dos professores.

Segundo Levy e Facion (2008), as mudanças sociais determinantes para o aumento das tensões sofridas pelos professores são: a modificação do papel do professor e dos agentes tradicionais de integração social; as mudanças sociais em torno de sua figura; a incerteza acerca dos objetivos do sistema educacional e da longevidade ou utilidade do conhecimento e a deterioração da imagem do professor.

Contemporaneamente, esse profissional tem que conviver com constantes desafios, corresponder às expectativas projetadas sobre ele, conviver com a carência de recursos materiais, falta de formação especializada e, se atuam com alunos com NEE, os problemas se intensificam.

Os professores do ensino regular apontam como principais dificuldades e impasses gerados pelo atual modelo de inclusão: a eficácia da metodologia aplicada, a falta de recursos e de infraestrutura, as péssimas condições de trabalho, os limites da formação profissional, o número elevado de alunos por sala de aula, o despreparo para lidar com os vários tipos de deficiências apresentadas pelos alunos (LEVY; FACION, 2008, p. 145).

O despreparo do professor pode levar a um sentimento de insuficiência que pode levar ao stress, dessa forma, desencadeando outras doenças que podem até levar ao abandono da sala de aula. A formação docente é de extrema importância e deve se prolongar durante toda vida profissional do professor, dando-lhe autonomia para vencer os desafios presentes na educação, com ou sem o processo de inclusão, promovendo uma postura reflexiva e crítica, apto a oferecer uma educação de qualidade na formação de cidadãos preparados para participar de forma atuante numa sociedade que seja justa e democrática.

Hoje, a questão de formação de professor para atender alunos com deficiência nas escolas regulares, já virou um dilema. Sabe-se que algumas atitudes do educador são fundamentais para que a inclusão ocorra de maneira satisfatória, portanto cabe ao gestor da escola buscar alternativas e não esperar que as soluções venham de fora, a responsabilidade é de todos. A formação continuada do professor é sem dúvida uma das premissas fundamentais para que a inclusão aconteça de maneira satisfatória, algo essencial nesse processo, pois promove a aquisição de conhecimentos e a reflexão acerca do tipo de discurso que se produz na prática, porem cabe aos mesmos terem consciência disso (CÉSAR; SANTOS, 2013, p. 7-8).

Os conhecimentos sobre o ensino de alunos com necessidades educacionais especiais não podem ser de domínio apenas de alguns especialistas e sim apropriados pelo maior número possível de profissionais da educação, idealmente por todos. Todo plano de formação deve servir para que os professores se tornem aptos ao ensino de toda a demanda escolar (MANTOAN; PRIETO; ARANTES, 2006, p. 58 e 60).

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

#### **3.1 LOCAL DA PESQUISA**

A pesquisa foi realizada em uma escola municipal de Maringá-PR, que possui alunos com necessidades especiais. Tal escola oferece também atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais provenientes de outras escolas, em sua sala de recursos multifuncionais, sempre em horário diverso ao da classe comum.

#### **3.2 TIPO DE PESQUISA**

A pesquisa realizada se caracteriza como um estudo de caso descritivo, exploratório e quantitativo. O método de estudo de caso foi utilizado pelo fato da pesquisa ter sido feita em uma instituição de ensino de Maringá.

#### **3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA**

Entrevistou-se 15 (quinze) professores e 03 (três) integrantes da equipe pedagógica, como também, os 08 (oito) pais de alunos com necessidades especiais, totalizando 28 pessoas entrevistadas.

#### **3.4 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS**

Para a realização da pesquisa foi utilizado como instrumento um questionário com perguntas claras e objetivas, visando garantir a uniformidade de entendimento dos entrevistados.

Segundo Fachin (2001), o questionário consiste em uma série de perguntas organizadas com o objetivo de se levantar dados para uma pesquisa com as

respostas fornecidas pelos informantes, sem assistência direta ou orientação do pesquisador. Silva e Menezes (2005, p. 26) definem questionário como:

uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante. O questionário deve ser objetivo, limitado em extensão e estar acompanhado de instruções. As instruções devem esclarecer o propósito de sua aplicação, ressaltar a importância da colaboração do informante e facilitar o preenchimento.

Optou-se por este instrumento porque além de mais comum, é muito flexível, ideal quando o trabalho exige evidenciar as informações desejadas. O questionário é segundo Severino (2007, p. 125),

Conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vista a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo. As questões devem ser pertinentes ao objeto e claramente formuladas, de modo a serem bem compreendidas pelos sujeitos...Podem ser questões fechadas ou abertas.

Este tipo de pesquisa possui um amplo alcance, permitindo obter conhecimento objetivo da realidade, além da facilidade em se sistematizar os resultados em tabelas e gráficos.

### 3.5 ANÁLISE DOS DADOS

Após a coleta dos dados, os mesmos foram tabulados, analisados e interpretados pelo método estatístico descritivo, elaborando gráficos e tabelas que traduzissem os resultados da melhor forma possível. O método estatístico descritivo analisa e correlaciona os dados sem manipulá-los (CERVO; BERVIAN, 2002). Foi utilizada a distribuição de frequências, também denominada de porcentagens, que consiste no conjunto de pontuações ordenadas em suas respectivas categorias (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006).

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1 PESQUISA COM OS PROFESSORES

Participaram dessa pesquisa 15 (quinze) professores do Ensino Básico regular, dos quais 6 (seis) têm em suas classes alunos com necessidades educacionais especiais, 3 (três) professores não tem alunos com NEE este ano, porém já trabalharam com a inclusão em anos anteriores; 5 (cinco) professores de apoio pedagógico (acompanhamento pedagógico exclusivo em sala da aula comum); e 1 (uma) professora da Sala de Recursos Multifuncionais (S.R.M), cujos resultados são apresentados e discutidos a seguir.

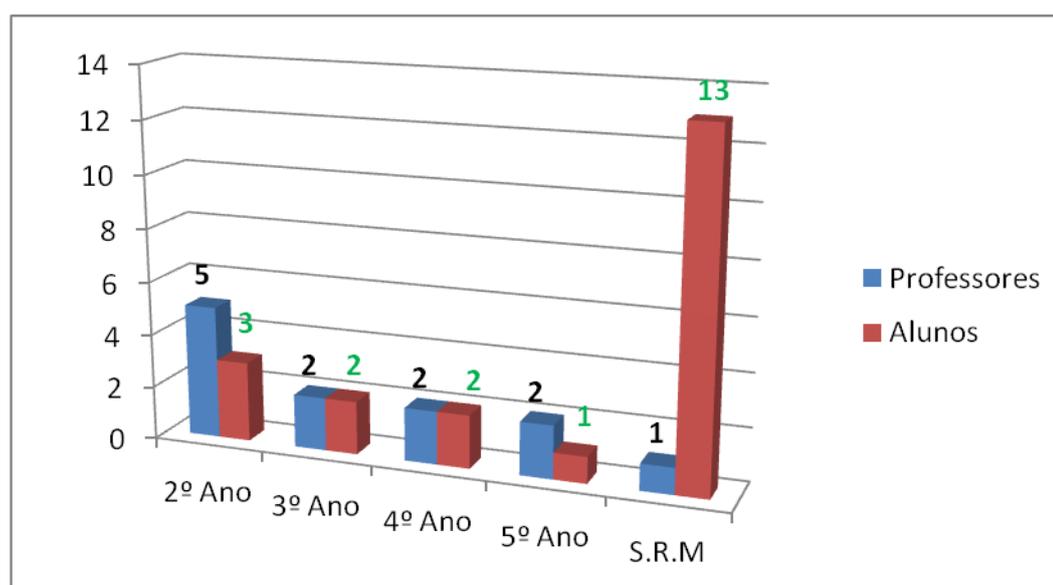


Figura 1. Quantidade de alunos com NEE e professores por ano escolar

A Figura 1 mostra que existem 8 (oito) alunos com NEE matriculados na escola pesquisada, sendo que 3 (três) estão no segundo ano, 2 (dois) no terceiro ano, 2 (dois) no quarto ano, 5 (cinco) no quinto ano e, ainda, existem 5 (cinco) alunos de outras escolas que são atendidos na Sala de Recursos Multifuncionais.

Ao serem questionados sobre o número de alunos que têm por turma em sala de aula, os professores entrevistados responderam que têm entre 27 e 34 alunos, o que é um grande obstáculo para que seja dada a atenção individual que cada aluno tem direito e, em especial, aos alunos com NEE.

Tabela 1. Série escolar e idade dos alunos com NEE

<b>Ano Escolar</b>	<b>Faixa Etária</b>
2º Ano	7 a 11 anos
3º Ano	10 e 11 anos
4º Ano	12 e 13 anos
5º Ano	14 anos

De acordo com a Tabela 1, fica evidente a defasagem Idade X Série, principalmente nas séries finais do ensino básico. A maioria dos alunos que não apresentam NEE, concluem o quinto ano do ensino básico por volta dos dez anos de idade, porém, conforme observado na Tabela 01, os alunos com NEE matriculados na escola pesquisada, no ano de 2014, apresentam uma defasagem Idade X Série, de aproximadamente três ou quatro anos.

Segundo o documento de Orientações Pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (2012, p10-11),

É fundamental a implementação de estratégias metodológicas que possibilitem o desenvolvimento de aprendizagens significativas e que incorporem a construção da autonomia dos estudantes. [...] o processo avaliativo bem como os instrumentos a serem utilizados, devem ser planejados e elaborados de forma a superar a dimensão meritocrática, baseada somente na aplicação de testes para examinar a quantidade de conhecimentos assimilados pelos estudantes. [...] deve ser um processo que acompanhe o desenvolvimento global dos estudantes.

Portanto, não basta considerar apenas ações como a promoção automática e/ou a aceleração do tempo e das aprendizagens, mas também desenvolver mecanismos para fazer valer a função social da escola pública. Deve-se levar em consideração a realidade cultural e vivencial dos alunos, efetivando suas capacidades criativas, assim como suas expectativas.

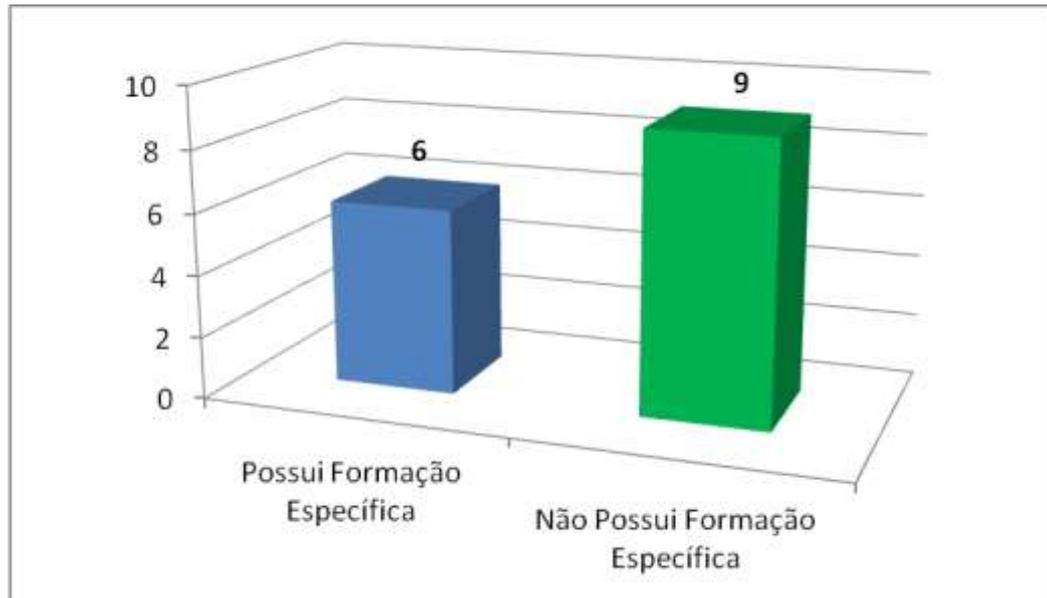


Figura 2. Formação dos professores em educação especial

Foi verificado que dos quinze professores entrevistados, nove não possuem formação em educação especial e seis professores possuem formação específica em educação especial. No entanto, os professores demonstraram ter consciência da importância da atualização permanente, pois, da mesma forma que a economia e a política sofrem os efeitos da globalização, a criança não permanece imune aos mesmos, sendo necessário que o professor assuma que é o sujeito ativo da história pedagógica a fim de transformar a realidade, ou seja, que procure formar em seus alunos uma consciência crítica para que os mesmos possam lidar com os diversos artifícios utilizados pelas classes dominantes e, para tanto, se faz necessário manter-se atualizado.

Deve-se observar que os professores que dão apoio pedagógico exclusivo nas classes comuns aos alunos com NEE possuem formação especializada, assim como a professora da sala de recursos multifuncionais.

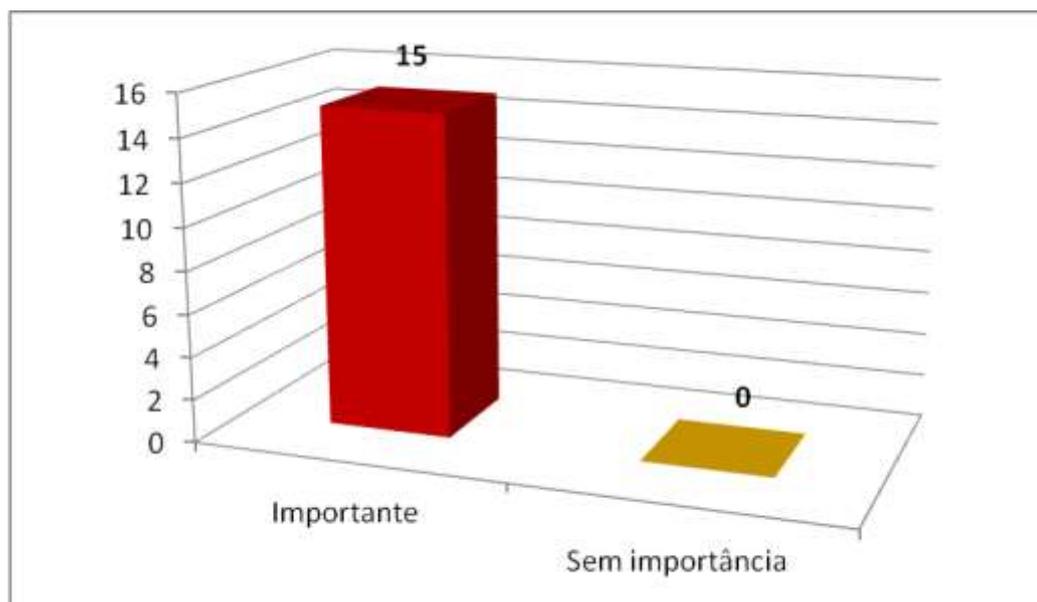


Figura 3. Importância da capacitação profissional

Conforme a Figura 3, observa-se que todos os professores entrevistados consideram importante a participação em cursos de capacitação. No entanto, afirmam que quando se trata de capacitação em educação especial, estas acontecem mais no sentido de conscientizar o professor sobre a importância da inclusão, sem que haja um estudo detalhado de cada caso com sugestões de estratégias pedagógicas, ficando isso inteiramente por conta dos professores, que já se deparam com muitos desafios em sala de aula para atender as diferenças individuais de cada aluno. Diante disso, mesmo com cursos de formação continuada, os professores sentem-se inseguros em face às dificuldades dos casos que se apresentam.

Frente a essa realidade, cabe destacar o pensamento de Castro e Facion (2008, p.166-167), que consideram

ser de extrema relevância preparar o professor para os novos desafios da educação. A promoção de uma postura reflexiva e crítica, por meio da apropriação de conhecimentos, proporcionará a esse profissional condições de se posicionar e atuar com responsabilidade e autonomia, reivindicando uma educação que respeite os ideais de uma sociedade justa democrática. [...] Trata-se, portanto, de uma mudança no processo estrutural, que demanda prioridade, tempo, e exige, acima de qualquer apoio externo o próprio desejo do professor de transformar-se.

Desse modo fica claro que há que haver um comprometimento do professor, centrado no objetivo de alcançar uma educação de qualidade, sempre buscando novos saberes e desenvolvendo uma consciência crítico-reflexiva sobre os contextos sociais ou políticos envolvidos em sua prática profissional.

A participação em cursos de capacitação é motivada por convocação da Secretaria Municipal da Educação através da escola, em consonância com a Proposta de Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em Cursos de Nível Superior, elaborada pelo Conselho Nacional de Educação – CNE (2000), que entre outras exigências para o papel docente cita a utilização de novas metodologias e estratégias, que constituem, geralmente, temas abordados em cursos de capacitação.

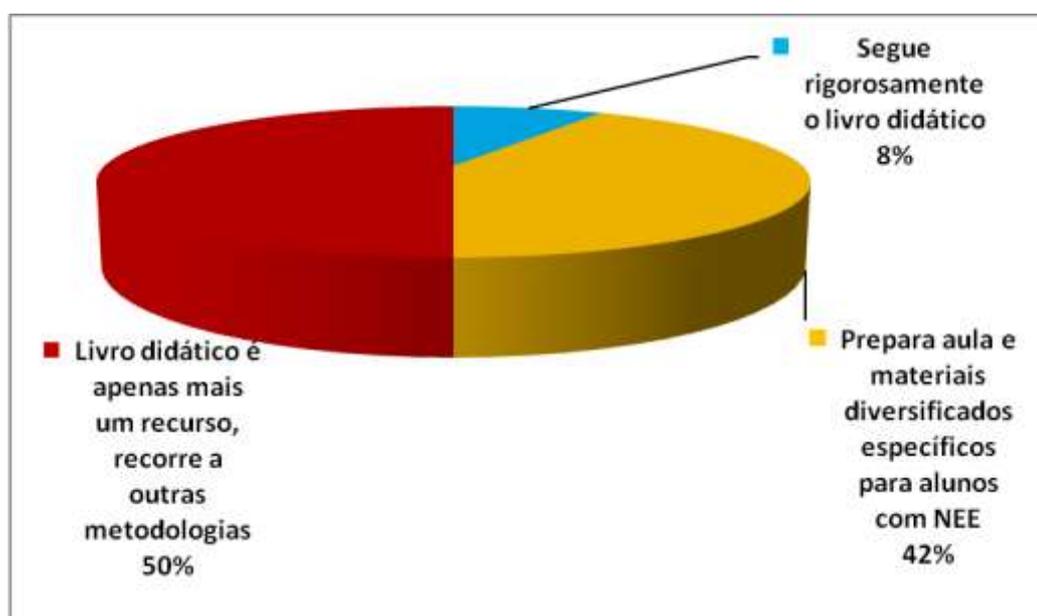


Figura 4. Prática em sala de aula

Na prática em sala de aula foi verificado que a maioria dos professores (50,0%) apresentam certa flexibilidade, utilizando o livro didático apenas como um recurso, recorrendo a outras metodologias e fontes de informações. Entretanto, observa-se que 58% dos professores apresentam dificuldades em preparar as aulas e materiais diversificados específicos para alunos com NEE, pois, somente 42% dos professores afirmaram preparar aulas e materiais específicos para os alunos com NEE.

Vale salientar que os professores que afirmaram utilizar materiais específicos para alunos com NEE, o fazem com o auxílio dos professores de apoio em sala.

Tanto os professores regentes da sala de aula comum quanto os professores de apoio pedagógico, procuram, na medida do possível, utilizar leitura imagética, recorte e colagem e jogos variados para os alunos com dificuldades de aprendizagem e, ainda, o professor de apoio pedagógico, também utiliza materiais de TA (tecnologia assistiva) como: pranchas de comunicação aumentativa alternativa, música, pintura, desenhos, prancha de leitura e conteúdos adaptados, mas ressaltam que alguns conteúdos são muito difíceis de serem adaptados, e que demandariam, talvez, uma participação conjunta da professora regente, professora de apoio, professora da S.R.M., juntamente com a equipe pedagógica da escola, o que se torna inviável devido a falta de recursos humanos e, conseqüentemente, a falta de disponibilidade desses profissionais.

Diante desse quadro, constata-se que a escola que se diz preparada (ou em processo de preparação) para a inclusão, necessita ainda de muita mudança, mostrando que os sistemas de ensino precisam ser aprimorados. Nesse sentido, Silva e Facion (2008, p.201), consideram que afirmar que somente o professor está despreparado seria um posicionamento muito simplista, pois a escola necessita urgentemente de mudanças de postura, formação, procedimentos de ensino, organização, etc.

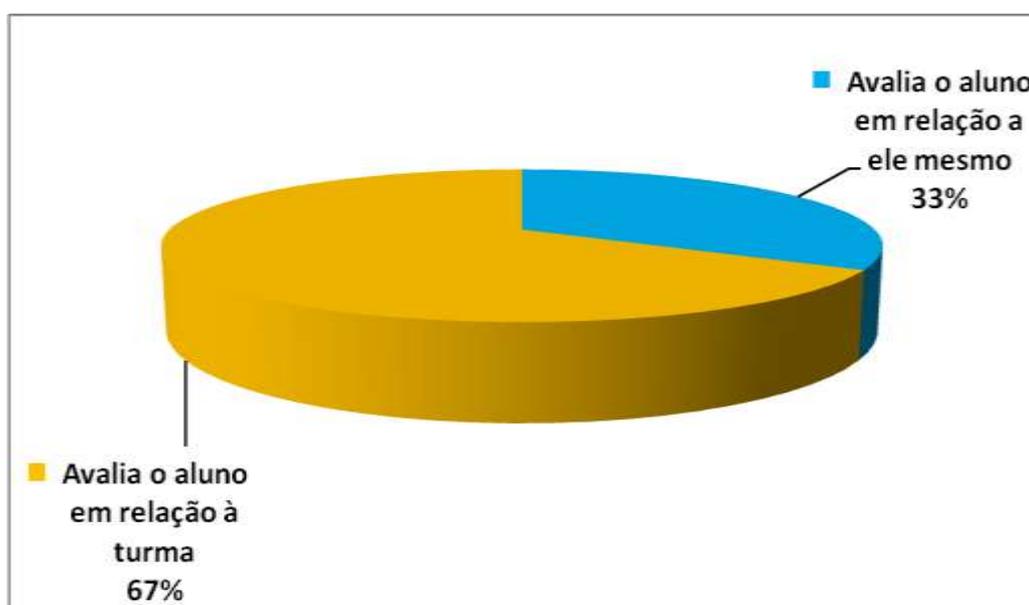


Figura 5. Avaliação dos alunos com NEE

Com relação à avaliação do aluno, a Figura 5 demonstra que 67,0% dos professores consideram mais efetiva a avaliação através da trajetória nas aulas,

envolvimento com a disciplina e rendimento nas lições e provas; enquanto 33,0% consideram a evolução do desempenho do aluno em comparação a ele mesmo. Dessa forma, observa-se que uma menor parte dos professores percebe a importância de se avaliar o aluno sem a comparação com os demais alunos. Já a maioria dos professores afirmou que os avanços dos alunos com NEE devem sim, ser comparados ao restante da turma, pois estes alunos deveriam apresentar um mínimo de aprendizagem compatível com a série em que irá estudar.

Observa-se, com isso, que a maioria dos professores não apresentam uma postura condizente com a afirmação de Bolsanello (2005, p.16):

Para que a educação alcance suas finalidades, é necessário que se tenha conhecimento do potencial de aprendizagem do aluno e dos avanços que ele alcança com relação ao seu próprio desempenho, sem comparar com o desempenho dos outros. Esse aluno vai requerer atenção especial devido às características de aprendizagem diferentes que apresenta, e não por possuir estrutura mental ou qualidade de aprendizagem deficitária em relação a outros alunos.

Assim, pode-se dizer que urge a necessidade de se trabalhar no desenvolvimento de pesquisas que tenham por objetivo a definição de critérios claros e específicos e as adaptações necessárias para se avaliar de forma justa e sem prejuízo de quem está sendo avaliado.

Tabela 2. Principais dificuldades percebidas

<b>Dificuldades</b>	<b>Professores</b>
Número elevado de alunos por sala de aula	14
Diagnosticar o nível de desempenho de aluno com NEE	6
Preparar aulas e confeccionar materiais diversificados	7
Salas de aulas pequenas e falta de recursos	14
Interação com a professora da Sala de Recursos Multifuncionais (S.R.M)	15

Ao serem questionados sobre a inclusão do aluno com necessidades especiais no ensino regular, os professores responderam que concordam, mas desde que sejam disponibilizados recursos tanto materiais como humanos, pois apesar das escolas fazerem o possível, sempre faltam alguns materiais necessários à educação inclusiva. Também vale ressaltar sobre o espaço físico inadequado das salas que não comportam a devida locomoção de cadeiras de rodas, carteiras adaptadas e outros aparatos necessários. Os professores ainda observaram que para cada deficiência é utilizado um tipo de recurso disponível, explorando sempre o

lúdico, e que é indispensável o atendimento individual através do apoio permanente. No entanto, os recursos disponibilizados não têm um objetivo específico. Como afirmou um dos professores: “Ninguém sabe realmente o que trabalhar com esses alunos o que resulta em insegurança e grande sobrecarga para os professores”.

Todos os professores de classe comum entrevistados foram enfáticos em dizer que as turmas precisam ser menos numerosas para se alcançar êxito na prática de inclusão. Segundo os professores, algumas deficiências, como alguns casos de deficiência mental, por exemplo, tornam o trabalho muito difícil, provocam muita insegurança e disseram que esses casos deveriam ser encaminhados para instituições especializadas. Os professores de apoio permanente, que tem formação especializada, também citaram dificuldades, entre elas, a demanda de maior tempo no processo de aprendizagem, que, em alguns casos, se manifesta somente numa melhor socialização. Também ressaltaram que a mudança de comportamento, ainda que social, reflete muito em uma melhor qualidade de vida.

Silva e Facion (2008, p.197), mencionaram pesquisas que entrevistaram professores do ensino regular que atendiam a alunos especiais. As respostas evidenciaram que a escola não fez alterações no seu funcionamento para receber a clientela com necessidades especiais e que tais alunos não alcançaram êxito na produção acadêmica, apresentando avanços somente a nível de socialização. Também ficou evidente que os professores sentiam-se inseguros ao atender alunos com NEE, como também relataram que a falta de formação especializada dificulta muito o desenvolvimento do trabalho.

Dessa forma, é possível observar que as dificuldades encontradas no processo de inclusão são parte de uma realidade generalizada, não estando restrita apenas a uma ou outra situação. Isso deixa claro que, para a escola ser inclusiva é fundamental que os professores tenham uma formação especializada; que promova adaptações curriculares e; apoio efetivo de especialistas.

Ao serem questionados sobre as técnicas ou recursos utilizados em sala de aula no processo de ensino dos alunos inclusos, os professores responderam que procuram adaptar os conteúdos através de desenhos, brinquedos, alfabeto móvel e coordenação motora fina, como por exemplo, recorte e colagem, perfurações e alinhavos, atividades de classificação, blocos lógicos (cores, tamanhos, formas, etc.), contagem de materiais termo a termo (lápis, tampinhas, botões, desenhos, cartelas, etc.) e outros materiais. Porém, os professores ressaltaram que a utilização

de todas essas técnicas e/ou materiais, só é possível com o auxílio do professor de apoio pedagógico exclusivo e que, em alguns casos, os resultados nem sempre são os esperados, o que poderá demandar mais tempo que o previsto para que ocorram os avanços, ainda que, em relação ao próprio desempenho.

A professora da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) mencionou que o trabalho em uma sala de recursos é focado nas habilidades do aluno, como a memorização, concentração, raciocínio lógico, entre outros, destacando o desenvolvimento dos pré-requisitos. Nessas salas, os alunos são melhor atendidos pela disposição de recursos tecnológicos, como computador, por exemplo, além de jogos e brinquedos. Entretanto, percebe-se a falta de interação com os outros profissionais envolvidos na inclusão, principalmente, com a professora da sala de recursos multifuncionais, o que seria de extrema importância para um melhor direcionamento do trabalho.

Segundo a professora da SRM, são atendidos no máximo quatro alunos por um período de duas horas, duas vezes por semana. Utilizam materiais diversificados (placa de comunicação alternativa, prancha de areia, prancha perfurada para alinhavos, computador com teclado colmeia e mouse especial, etc.) num trabalho individualizado de acordo com as potencialidades e/ou limites de cada um, sempre objetivando a autonomia dos alunos.

A professora afirmou que alguns alunos demoram mais a apresentar avanços e outros chegam a surpreender com a mudança de comportamento prevista nos objetivos, demonstrando capacidade de apreensão, percepção e raciocínio. Ainda segundo a professora, o aluno G.S.A (9 anos), que apresenta Transtorno Espectro de Autismo, não falava, nem sorria quando chegou à SRM, demonstrava timidez excessiva e bloqueio da comunicação e, em menos de seis meses passou a se comunicar com mais desenvoltura, relacionar-se com vários amigos e, além de ouvir histórias, passou a contá-las. E o aluno L.T (12 anos), que apresenta TDAH de forma impulsiva associada a comportamento opositor e desafiante, demonstrava nervosismo e timidez ao ler, agora já apresenta sensível melhora na leitura e na produção escrita, sempre levando em consideração os avanços em relação ao próprio desempenho. Ainda, segundo a professora, a música é um recurso importante que é utilizado na SRM, pois estimula o desenvolvimento de todas as áreas do cérebro.

A Sala de Recursos Multifuncionais apresenta um importante papel na prática da educação inclusiva, pois possui um mínimo necessário de recursos ao atendimento das necessidades especiais dos alunos. Entretanto, percebe-se a falta de uma melhor estruturação da escola e do sistema de educação para propiciar mais interação entre os professores envolvidos com a inclusão.

Nesse contexto, Carvalho (2006, p.158) afirma que:

Para incluir (inserir, colocar em) um aluno com características diferenciadas numa turma dita comum, há necessidade de se criarem mecanismos que permitam, com sucesso, que ele se integre educacional, social e emocionalmente com seus colegas e professores e com os objetos do conhecimento e da cultura.

Na Tabela 3 são apresentados alguns dos recursos disponibilizados nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM).

Tabela 3. Alguns dos recursos utilizados na Sala de Recursos Multifuncionais (S.R.M).

<b>Recursos</b>	
Kit de provas piagetianas	Tapete de alfabeto
Jogo pescaria	Jogo de varetas gigantes
Prancha de seleção gigante	Sequência lógica de inclusão social
Réguas numéricas	Blocos lógicos EVA
Prancha de seleção pequena	Quebra cabeças de frações
Painéis psicomotores	Família terapêutica – inclusão social
Quebra-cabeça de geografia	Dominó de associação de ideias
Dominó de animais em libras	Memória de numerais
Prancha de areia	Placas de comunicação alternativa
Prancha de alinhavos	Fitas de tecido (psicomotricidade)
Teclado colmeia	Mouse especial sensível ao toque



Figura 6. Alguns materiais utilizados na Sala de Recursos Multifuncionais (S.R.M.)



Figura 7. Tapete de Alfabeto – Sala de Recursos Multifuncionais (S.R.M)

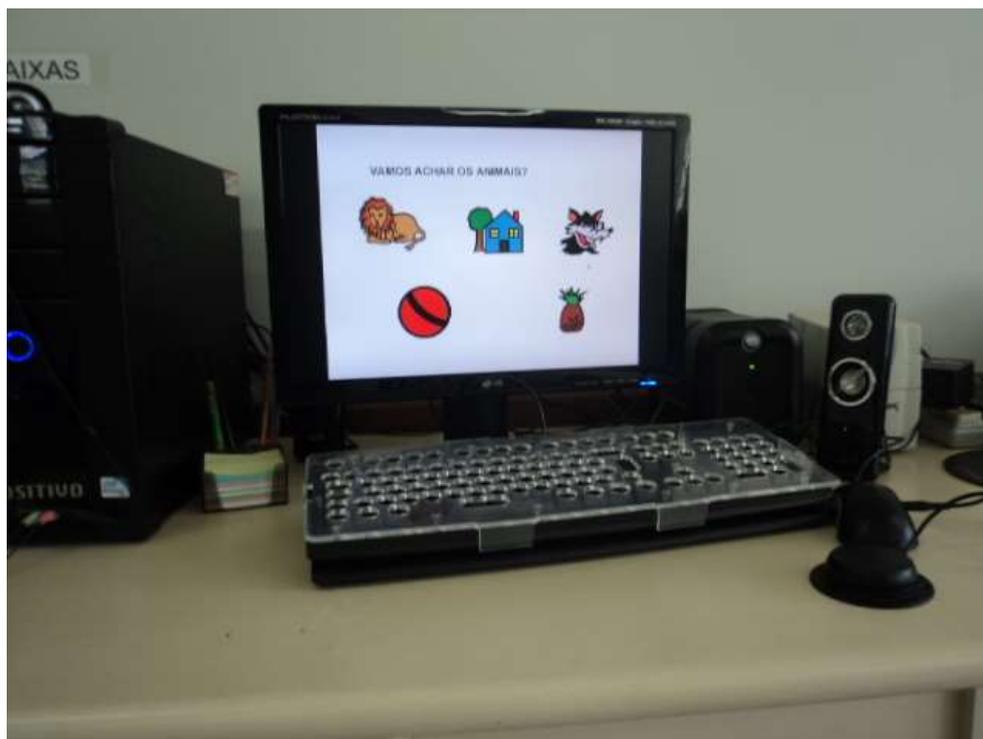


Figura 8. Equipamento de informática adaptado com teclado e mouse especiais – Sala de Recursos Multifuncionais (S.R.M.)

Os professores, de maneira geral, entendem que a inclusão do aluno com necessidades especiais no ensino regular deve ocorrer, mas o problema é o como fazê-lo. A solução para que essa inclusão se dê e apresente resultados realmente bons começa pela capacitação dos professores e a elaboração de planos de ensino adequados, infraestrutura e recursos materiais e humanos condizentes com a realidade dos alunos e com a prática da inclusão.

#### 4.2 PESQUISA COM A EQUIPE PEDAGÓGICA

Foi elaborada uma pesquisa, vide Apêndice B, junto à equipe pedagógica da escola, esta composta pela diretora, supervisora e orientadora educacional. Com a pesquisa, procurou-se levantar dados sobre os recursos disponíveis e dificuldades encontradas no atendimento de alunos com NEE, assim como, o acompanhamento do trabalho docente no que diz respeito à inclusão.

Em relação à disponibilidade de recursos necessários à acessibilidade de alunos com NEE, a equipe pedagógica considera que a escola procura adaptar-se à realidade de cada aluno, oferecendo materiais diversificados na S.R.M., assim como

uma estrutura mínima necessária para o atendimento adequado à inclusão,. Porém, é sabedora que são necessários mais investimentos para atender a todos os alunos com NEE, considerando a diversidade de necessidades especiais.

Entre as dificuldades citadas pela equipe pedagógica está o número elevado de alunos por sala de aula, a falta de interação entre os professores das salas comuns e a professora da S.R.M., pouco compromisso das famílias com a escola e com o processo de aprendizagem de seus filhos, assim como, o espaço físico limitado (salas pequenas).

Segundo a equipe pedagógica, o acompanhamento do trabalho docente no que diz respeito à inclusão, é feito através de contato permanente com os profissionais envolvidos no trabalho com esses alunos, reuniões para discussões e estudos, relatórios de desempenho do aluno, contato com outros profissionais que atendem os alunos (neuropediatra, psicólogo, fonoaudiólogo, psicopedagogo, etc), contato constante com a família dos alunos para coleta de dados e orientações, estudo de caso na Secretaria de Educação do município para avaliação e /ou reavaliação das estratégias utilizadas, assim como do avanço alcançado pelos alunos.

Por meio das respostas obtidas com a equipe pedagógica, observou-se que, apesar das dificuldades, a escola está se empenhando para dar maior significado à prática da inclusão. Também foi possível observar a necessidade de estruturação e/ou melhoria da gestão educacional em todos os níveis da administração, assim como, o desenvolvimento de estratégias para um maior envolvimento da comunidade.

#### 4.3 PESQUISA COM OS PAIS

A pesquisa com as famílias dos alunos inclusos foi feita por meio de entrevista, ocasião em que os pais responderam as questões propostas (Apêndice C).

Todas as famílias entrevistadas disseram que se sentem mais “justiçadas” com a inclusão de seus filhos, podendo compartilhar seus anseios e dúvidas com os profissionais envolvidos na educação e, ainda, ver a interação dos filhos com outras

crianças, o que causa muita satisfação à toda família e melhora a autoestima da criança que passa a ter uma rotina igual a de todo mundo.

Contatou-se que a maioria dos alunos tinha atendimento na ANPR (Associação Norte Paranaense de Reabilitação), mas depois que ingressaram no ensino regular, os atendimentos se restringiram às sessões de fisioterapia e outros procedimentos ou atendimentos isolados necessários ao desenvolvimento físico, mental e social da criança.

As famílias de todos os alunos disseram estar contentes com a inclusão e já perceberam mudanças em casa, as crianças estão mais desinibidas e autônomas e, mesmo aquelas que não sabem ler e escrever, aprenderam outras coisas. Uma mãe citou que o filho agora consegue fazer coisas que antes não fazia, como dar “tchau” e falar “mãe”, “não”, “sim”. Outra mãe mencionou que o filho, que tem hidrocefalia com comprometimento mental e físico, passou a executar o movimento dos braços de forma mais suave, parou de morder as mãos, demonstra entender muitas das solicitações que lhe são feitas e apresenta reações de alegria.

Ainda, segundo os pais, crianças com dificuldade de comunicação e acentuada timidez, chegam em casa contando a “história” que leram ou ouviram na escola. Também disseram que os filhos ficam aborrecidos quando, por algum motivo, não podem ir à escola.

Alguns pais citaram pontos negativos em relação à inclusão, como: situações que envolviam necessidades fisiológicas de seus filhos; falta de recursos humanos no atendimento de seus filhos, acessibilidade precária. Apesar de reconhecerem alguma evolução em seus filhos, alguns pais, se mostraram confusos quanto aos critérios utilizados para a promoção (ou retenção) de seus filhos, sem saber como será analisado o desempenho na série consecutiva.

Sobre a importância da participação da família, muitos pais disseram ter dificuldade em acompanhar os estudos dos filhos em casa, devido à, muitas vezes, sua baixa formação educacional, falta de tempo e à limitação de seus filhos. Entretanto, todos concordaram que a família pode (e deve) participar do processo ensino-aprendizagem, estimulando e orientando os filhos em casa, incentivando à responsabilidade com os estudos. Uma das famílias citou que os pais podem estimular e incentivar os filhos aos estudos, lendo para eles, transformando as situações do cotidiano em situações-problemas, utilizando os alimentos consumidos pela família para contar quantidade ou repetir a sequência numérica, etc.

Como sugestão de melhorias no processo de inclusão, alguns pais citaram: contratação de pessoal (recursos humanos); salas de aula mais amplas; computador adaptado e disponível em sala de aula; investimentos em acessibilidade.

De maneira geral, constatou-se “satisfação” por parte das famílias que disseram que seus filhos também estão satisfeitos na escola.

Diante das respostas obtidas com a pesquisa com os pais dos alunos, observa-se que apesar das dificuldades citadas pelos professores, pela equipe pedagógica e pela própria família, esta demonstra estar satisfeita com o atendimento escolar com os alunos com NEE, mas fica clara a necessidade de uma melhor conscientização sobre a influência da família no desenvolvimento dos filhos e no êxito escolar. Sobre a importância da família, Rey e Martinez (1989, p.143), afirmam que a família representa, talvez, a forma de relação mais complexa e de ação mais profunda sobre a personalidade humana, dada a enorme carga emocional das relações entre seus membros.

A tarefa da família no processo inclusivo não é nada fácil, é dela que vem o incentivo para que o indivíduo alcance seus objetivos, se conscientize de seus direitos e seja um cidadão responsável. É na família que se aprende o respeito e o amor, a obedecer regras, respeitar limites e buscar novos conhecimentos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo o homem o centro da criação divina, capaz de se comunicar através da linguagem oral e escrita, raciocinar e inventar coisas das quais podemos testemunhá-las diariamente e, ainda, usufruir desses avanços que trazem conforto e bem estar à humanidade, ainda está engatinhando no que diz respeito às relações humanas, onde a compreensão e o respeito às pessoas diferentes ou com suas diferenças, muitas vezes dão lugar ao egocentrismo.

Já não é mais possível, mesmo por força de lei, discriminar uma pessoa devido à sua origem, raça, cor, sexo e condição social, física e/ou mental. Assim, os conceitos dessas relações devem ser revistos, principalmente, no âmbito educacional, o qual reflete em toda a sociedade. O homem começa a perceber que um mundo melhor só é possível com mais fraternidade, tolerância e democracia, onde esses valores incluem a todos, e não apenas alguns.

Tendo a escola o papel fundamental na formação dos cidadãos, cabe a ela promover a inclusão de todos os alunos, mas, principalmente, daqueles que necessitam de atenção individualizada devido à uma necessidade especial.

Após tantas discussões, ensaios e tentativas na jornada da inclusão educacional, os resultados obtidos nessa pesquisa mostram que há um esforço para atender aos alunos com necessidades especiais no ensino regular, ainda que por força da legislação.

As leis obrigam e ditam as condições que devem ser garantidas pelas políticas públicas. Assim, deveria existir todo um aparato de recursos para a implementação da inclusão, mas o que se apresenta na realidade, aparentemente, está longe disso.

Através da pesquisa com os professores, verificou-se que as principais dificuldades citadas foram o número elevado de alunos por sala de aula, adaptação individualizada dos conteúdos, espaço físico limitado, falta de recursos materiais e humanos, assim como, da responsabilidade de se inteirar dos laudos e limitações de cada caso, ficando sobre seus ombros o “peso” de não lograr êxito na aprendizagem desses alunos.

Além disso, as escolas e professores fazem o trabalho sem poder contar com a assessoria em tempo real de profissionais como fonoaudiólogos, neurologistas,

psicólogos, fisioterapeutas, entre outros, pois demanda uma espera muito longa, embora essa assessoria esteja mencionada entre as condições para inclusão nos dispositivos legais.

Mas, não são apenas recursos humanos especializados que faltam. Um aluno, por exemplo, que necessite de um computador na sala de aula, tem que trazer de casa e, quando não tem, simplesmente, fica sem.

Apesar das dificuldades, averiguou-se que os professores se empenham para trabalhar de forma diversificada, utilizando, na medida do possível, desenhos, leitura imagética, atividades de classificação e contagem termo a termo com blocos lógicos, materiais recicláveis como tampinhas coloridas, cartelas, lápis coloridos, etc., placas de comunicação aumentativa alternativa, músicas, recorte e colagem, etc.

São tantos os casos de inclusão com os mais variados tipos e níveis de comprometimento que fica muito difícil para o professor descobrir e selecionar estratégias diferenciadas para atender a cada caso. Por outro lado, não há lei que especifique o número de alunos por sala que tem aluno incluso, o que torna o trabalho do professor ainda mais difícil. As salas de aula são pequenas, não comportando cadeira rodas, que precisa entrar e sair várias vezes, mesa diferenciada para o aluno, instalação de computadores, entre outros.

Mesmo assim, os professores são unânimes em afirmar que a inclusão é muito importante e que a escola como um todo deveria estar melhor preparada para acolher os alunos com necessidades especiais.

Já na investigação feita junto às famílias constatou-se que estão satisfeitas, pois seus filhos apresentam uma melhor autoestima, além de sensível mudança de comportamento, demonstrando mais alegria e algumas habilidades motoras e cognitivas que antes não apresentavam. Mesmo com a pouca participação dos pais no processo ensino-aprendizagem, os mesmos admitiram que têm o dever de colaborar nesse processo. Fica evidente a importância do papel da família e sua articulação com a escola na melhoria do processo de inclusão escolar, sem deixar de lado a ampliação da contratação de pessoal capacitado, reforma das escolas, com salas de aulas mais amplas e equipadas com ferramentas educacionais adequadas.

Pais e professores citam bons resultados com alguns alunos inclusos, os quais conseguem evoluir muito em relação a eles mesmos, ampliando sua visão do

mundo, a comunicação, a alegria de viver, entre outros avanços, através da interação dentro da sala de aula e com todos os alunos da escola.

Todos os grupos pesquisados reconheceram que as dificuldades encontradas recaem sobre a gestão educacional em todos os níveis (federal, estadual e municipal), necessitando de supervisão e monitoramento das leis no que diz respeito à educação, deixando claro a necessidade de mobilização da sociedade em busca de melhores condições para as escolas.

Os pais dos alunos com necessidades especiais, juntamente com a escola e a sociedade, devem se empenhar na cobrança de políticas públicas para que se consiga fazer cumprir o que já consta no ordenamento jurídico nacional e, assim, melhorar cada vez mais a inclusão educacional e social no Brasil.

## REFERÊNCIAS

BOLSANELLO, Maria Augusta. **Educação especial e avaliação de aprendizagem na escola regular**: caderno 1. Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. - Curitiba : Ed. da UFPR, 2005.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CEB n. 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Brasileira. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 3 jun. 2014.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CEB n. 4, de 02 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: < [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf)>. Acesso em: 3 jun. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 5 jun. 2014.

BRASIL. **Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 5 jun. 2014.

BRASIL. **Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 5 jun. 2014.

BRASIL. **Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 5 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial: MEC; SEESP, 2001.

BRASIL: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Sala de Recursos Multifuncionais**: espaços para o Atendimento Educacional Especializado. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva**: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CASTRO, Ruth C. M. de; FACION, José Raimundo. A formação de professores. In: FACION, José Raimundo (Org.). **Inclusão escolar e suas implicações**. 2. ed, Curitiba: Ibpex, 2008. p. 164-180.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CÉSAR, Junior; SANTOS, Sidicleia Soares. **Inclusão escolar dos alunos com deficiência intelectual**: um estudo na E.M.E.I.E.F. "Madre Carmela de Jesus. 2013. Disponível em: <[http://www.fiar.com.br/revista/pdf/1331041086INCLUSO\\_ESCOLA\\_R\\_DOS\\_ALUNOS\\_COM\\_DEFICIÊNCIA\\_INTELLECTUAL\\_UM\\_ESTUDO\\_\\_NA\\_EMEI\\_EF\\_MADRE\\_CARMELA\\_DE\\_JESUS4f56133e2eb9a.pdf](http://www.fiar.com.br/revista/pdf/1331041086INCLUSO_ESCOLA_R_DOS_ALUNOS_COM_DEFICIÊNCIA_INTELLECTUAL_UM_ESTUDO__NA_EMEI_EF_MADRE_CARMELA_DE_JESUS4f56133e2eb9a.pdf)>. Acesso em: 13 jul. 2014.

COOK, Albert M.; HUSSEY, Susan M.; **Assistive Technologies**: principles and practice. Ed. Mobby, Michigan University, 1995.

DISTRITO FEDERAL. **Orientações pedagógicas para a correção da distorção idade/série da rede pública de ensino**, SEDF, 2012. Disponível em: [http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/public/orientacoes\\_pedagogicas\\_cdiss\\_2013.pdf](http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/public/orientacoes_pedagogicas_cdiss_2013.pdf). Acesso em: 13 jul. 2014.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

FERNANDES, Tereza Liduina Grigório; VIANA, Tânia Vicente. **Alunos com necessidades educacionais especiais (NEEs)**: avaliar para o desenvolvimento pleno de suas capacidade. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 20, n. 43, p. 305-318, maio/ago. 2009.

HOFFMANN, JUSSARA Maria L. **Pontos e contrapontos**: do pensar ao agir em avaliação. 10. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

LEVY, Gisele C.T.M.; FACION, José Raimundo. O papel do professor na educação inclusiva. In: FACION, José Raimundo (Org.). **Inclusão escolar e suas implicações**. 2. ed, Curitiba: Ibpex, 2008. p. 139-158.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Educação inclusiva: orientações pedagógicas. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Atendimento educacional especializado**: aspectos legais e orientações pedagógicas. Brasília: SEESP, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli; ARANTES, Valéria Amorim. Entre pontos e contrapontos. In: ARANTES, Valéria Amorim (org.). **inclusão escolar**. São Paulo: Summus, 2006. p. 91-103.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas, 5. ed. São Paulo: Cortez. 2005.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular**. 2.ed. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

REY, F.G.; MARTINEZ, A.M. **La personalidad**: su educación y desarrollo. La Habana. Editorial Pueblo y Educación, 1989.

ROMEIRO, Alice de La Rocque. Um olhar sobre a avaliação hoje. In: **Salto para o futuro: um olhar sobre a escola**. Brasília: Ministério da Educação, Seed, 2000. p. 71-88.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SARTORETTO, Mara Lúcia; BERSCH, Rita de Cássia R. **Educação especial na perspectiva da inclusão escolar: recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2010.

SEVERINO, J. Antonio. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Adilson Florentino da; CASTRO, Ana de Lourdes Barbosa de; BRANCO, Maria Cristina Mello Castelo. **A inclusão escolar de alunos com necessidades especiais: deficiência física**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, Maria de Fátima M. Caldeira; FACION, José Raimundo. Perspectivas da inclusão escolar e sua efetivação. In: FACION, José Raimundo (Org.). **Inclusão escolar e suas implicações**. 2. ed, Curitiba: Ibpex, 2008. p. 185-212.

SMOLKA, Ana Luiza B; LAPLANE, Adriana Lia F. Processos de cultura e internalização. **Revista Viver-mente e cérebro** (Coleção Memória da Pedagogia – Vygotsky). São Paulo, n.2, p. 77-83, 2005.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

VYGOTSKY, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich. **Estudos sobre a história do comportamento: o macaco, o primitivo e a criança**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

WESCHENFELDER, Noeli Valentina. **A identidade sociocultural das crianças da periferia urbana de Ijuí e o processo de alfabetização**. Santa Maria: PG em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, 1995. 178p. (Dissertação de Mestrado).

## APÊNDICES

## APÊNDICE A – PESQUISA COM OS PROFESSORES

### Prezado(a) Professor(a)

O preenchimento deste questionário será de grande utilidade para a questão da inclusão de criança portadora de necessidades especiais no ensino regular.

Gostaríamos de contar com a sua colaboração para a realização de uma pesquisa.

Todas as informações prestadas neste questionário serão consideradas estritamente confidenciais. E, por ocasião da análise dos dados obtidos, os resultados serão apresentados de forma agregada de maneira a tornar impossível identificar suas respostas individuais.

### Instruções:

Responda conforme o que solicita cada questão.

1. Faixa etária de educandos que você atende:

( ) de 4 a 6 anos

( ) de 6 a 8 anos

( ) de 8 a 10 anos

( ) de 10 a 12 anos

( ) acima de 12 anos

2. A série escolar que você trabalha:

( ) pré-escolar

( ) 1ª série

( ) 2ª série

( ) 3ª série

( ) 4ª série

3. O número de alunos (por turma) em sala de aula:

( ) 10 a 20 alunos

( ) 20 a 30 alunos

( ) 35 alunos

4. Tempo em que você trabalha no Ensino Regular: \_\_\_\_\_ anos.

5. Você fez algum curso em Educação Especial?

( ) Sim – Qual? \_\_\_\_\_

( ) Não

6. Na sua prática em sala de aula, você:

( ) Além do livro didático (ou livros didáticos), enriquece suas aulas com materiais diversificados para atender as necessidades individuais e necessidades especiais dos alunos.

( ) segue rigorosamente o livro didático e as atividades propostas por ele.

( ) considera o livro didático apenas mais um recurso e recorre a outras metodologias e fontes de informações como jornais, revistas, livros e Internet.

7. O que você considera mais efetivo para se avaliar os alunos em situação escolar?

( ) provas essencialmente.

( ) provas e outras produções escritas

( ) participação nas aulas e, em segundo plano, provas e tarefas.

8. E para avaliar alunos portadores de deficiência?

( ) Avalia os avanços em relação a ele mesmo para fins de aprovação, sem compará-lo aos demais alunos.

( ) Avalia através de tarefas e provas, comparando com o restante da turma.

( ) Aplica avaliação diferenciada, mas compara com o restante da turma para efeito de aprovação ou retenção.

9. Qual a sua opinião sobre o funcionamento de uma Classe Especial e/ou Sala de Recursos Multifuncionais no contexto de uma Escola?

---

---

---

10. Você acha que um aluno com necessidades especiais pode frequentar a sala comum do Ensino Regular?

( ) Sim                      ( ) Não

Justifique: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

11. Você concorda com a inclusão de alunos com todo o tipo de deficiência?

( ) Sim. Todos devem ser inclusos

( ) Não. Aos portadores de deficiências mais severas, como paralisia dos membros inferiores e superiores, e/ou paralisia cerebral acentuada.

12. Quais as principais dificuldades encontradas em sua prática docente com respeito a inclusão de alunos com NEE?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

13. Você participa de cursos de formação continuada?

( ) Sim.

( ) Não.

14. Os cursos de formação continuada que você frequenta ou frequentou foram de forma espontânea ou obrigatória?

( ) Espontânea

( ) Obrigatória

15. Os cursos de formação continuada interferiram positivamente na sua vida profissional?

( ) Sim.

( ) Não.

16. Quais as técnicas ou recursos utilizados em sala de aula no processo de ensino-aprendizagem dos alunos inclusos?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

17. Você percebeu melhoras após a utilização de estratégias diferenciadas para os alunos com NEE?

---

---

---

---

18. Diante da realidade da inclusão escolar, você acha importante ter uma formação especializada em educação especial?

( ) Sim. Todos os professores deveriam ter formação especializada

( ) Não. As formações continuadas atendem as necessidades de capacitação dos professores para lidar com a inclusão.

**Questões exclusivas para a professora da SRM (Sala de Recursos Multifuncionais)**

19. Como é feito o trabalho com os alunos inclusos?

---

---

---

---

20. Que tipos de recursos utiliza?

---

---

---

---

21. Quais avanços podem ser observados nos alunos?

---

---

---

---

22. Como é feita a interação com outros professores?

---

---

---

---

## APÊNDICE B – PESQUISA COM A EQUIPE PEDAGÓGICA

### Prezado(a) Colaborador(a)

O preenchimento deste questionário será de grande utilidade para a questão da inclusão de criança portadora de necessidades especiais no ensino regular.

Gostaríamos de contar com a sua colaboração para a realização de uma pesquisa.

Todas as informações prestadas neste questionário serão consideradas estritamente confidenciais. E, por ocasião da análise dos dados obtidos, os resultados serão apresentados de forma agregada de maneira a tornar impossível identificar suas respostas individuais.

### Instruções:

Responda conforme o que solicita cada questão.

1. A escola dispõe de todos os recursos necessários à acessibilidade dos alunos com NEE?

---

---

---

2. Como é feito o acompanhamento do trabalho docente no que diz respeito a inclusão?

---

---

---

3. Como é feita a articulação entre a escola e a família dos alunos com NEE?

---

---

---

4. Quais as principais dificuldades encontradas na inclusão dos alunos com NEE?

---

---

---

## APÊNDICE C – PESQUISA COM OS PAIS DOS ALUNOS COM NEE

### Prezado(a) Pai/Mãe/Responsável

O preenchimento deste questionário será de grande utilidade para a questão da inclusão de criança portadora de necessidades especiais no ensino regular.

Gostaríamos de contar com a sua colaboração para a realização de uma pesquisa.

Todas as informações prestadas neste questionário serão consideradas estritamente confidenciais. E, por ocasião da análise dos dados obtidos, os resultados serão apresentados de forma agregada de maneira a tornar impossível identificar suas respostas individuais.

### Instruções:

Responda conforme o que solicita cada questão.

- 1) O que você acha da inclusão de alunos com NEE nas classes do ensino regular?

---

---

---

- 2) Seu filhos frequentou ou frequenta uma escola especial? Qual? Que tipo de atendimento ele tem ou tinha?

---

---

---

- 3) Você percebeu alguma diferença de comportamento em seu filho depois da inclusão da escola regular? Quais?

---

---

---

- 4) Você vê algum ponto negativo na inclusão de alunos com NEE?

---

---

---

5) Você tem consciência que a família pode também ajudar no processo ensino aprendizagem? O que você tem feito quanto a isso?

---

---

---

6) O que você sugere para que a inclusão avance a passos mais largos?

---

---

---